

QUANDO O ACASO INCONTROLÁVEL ENTRA EM CENA: O Impeachment de Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato

*Daniel Goncalves de Menezes**

LIMONGI, Fernando. *Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. São Paulo: Todavia, 2023.

O texto produzido pelo cientista político Fernando Limongi (2023), “Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato”, é um brilhante exemplo de como os agentes em disputa, mirando seus objetivos e tentando sobrepujar seus oponentes, criam um cenário não intencionalmente esperado. Como o próprio título da obra já sugere, o objetivo gira em torno da busca pelo entendimento do que tornou possível a queda da presidente Dilma Rousseff, a mandatária que começa bem avaliada e termina retirada do cargo em uma crise política e econômica, não muito tempo depois de reeleita para um segundo mandato. Para tanto, o trabalho foi dividido em cinco capítulos.

Mas já na introdução, o autor demonstra que o foco do seu estudo tem como base uma notável capacidade de apresentar a teia de interdependência que se formou a partir dos diversos lances estabelecidos pelos atores, como em um tabuleiro de xadrez em que, a cada lance dado, desencadeiam-se novas jogadas e cenários distintos atravessados de nuances complexas.

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Departamento de Ciências Sociais. Campus Universitário UFRN Lagoa Nova. Cep: 59078-970. Natal – Rio Grande do Norte – Brasil. dmopotiguar@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0002-4575-2666>

A presidente Dilma Rousseff, diz Limongi, foi apeada porque confiou na possibilidade de desarmar o modo como a classe política – inclusive seu próprio partido – se servia da Petrobras para municiar financeiramente suas campanhas e seus próprios bolsos. Imaginou que, apostando no combate à corrupção, derrotaria um sistema político e reconfiguraria sua coalizão de apoio. Está aí a base de sua derrocada. Fernando Limongi foge da explicação em que a presidente é pintada como uma vítima do sistema, sem capacidade de agência.

Talvez pela aposta que estabeleceu em montar uma grande análise de conjuntura, a partir da explicação das racionalidades mobilizadas pelos agentes diante das pressões do contexto do sistema político, o autor acaba por não desenvolver uma significativa revisão de literatura para subsidiar sua pesquisa. Daí que não fica claro contra quem ele está desenvolvendo suas críticas – se contra pesquisas acadêmicas, análises jornalísticas e do universo político ou mesmo se o ataque ocorre em todas as frentes.

Num primeiro momento, a estratégia aparentava caminhar para uma situação de êxito. Gozando de boa popularidade em primeiro mandato, conseguiu a reeleição e expôs, sempre blindando a nascente Operação Lava Jato, os caminhos pelos quais lideranças e partidos exploravam a Petrobras. Ocorre que a gestão da sua coalizão – e este, segundo o autor, é o ponto fundamental e não a movimentação das ruas – começa a fazer água. Dilma havia subestimado agentes de uma operação investigativa que fizeram política desde o início. Encurralada, a classe política só viu uma saída – entregar Dilma e o Partido dos Trabalhadores (PT) numa bandeja sob a perspectiva de estancar a sangria. Não sem luta da presidente.

Há uma reorientação analítica no modo como o *impeachment* de Dilma é interpretado, retirando o foco da pressão das ruas e estabelecendo a investigação na gestão da coalizão que alicerça a presidente Dilma no poder. Este será o fio condutor de toda a obra.

Para entender o que ocorreu em 2016, com a retirada de Dilma Rousseff da presidência, Fernando Limongi (2023) retorna ao ano de 2011. Eleita com o apoio do bem avaliado presidente Lula, Dilma ingressa com o discurso incomum que seria depois batizado como uma “faxina”. É neste momento que começa a carga contra o sistema político.

Disposta a mexer num vespeiro, recebeu dois avisos, vindos de fora de seu partido e do próprio PT, de que navegava por águas tormentosas. O primeiro veio com a menção da compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras, um negócio que gerou prejuízo aos cofres públicos quando Dilma, então ministra do governo Lula, liderava o conselho de administração da empresa. Mesmo que tivesse autorizado conjuntamente a ação com outros conselheiros e com aval técnico da burocracia da petrolífera, o caso passou a ser trazido à tona como forma de enviar um recado – nós não cairemos sozinhos. O segundo veio de parte de sua própria agremiação – o PT – a partir do grito de guerra “volta, Lula”, um subterfúgio de demonstração de insatisfação com carente consequência prática. Em que pese a pressão, a presidente seguiu alinhada à Lava Jato, prometendo investigar todos os responsáveis por atos ilícitos. Uma vez reeleita, manteve a carga a favor do combate à corrupção.

A avaliação do autor em relação à presidente Dilma é bastante distinta da que circulou nos meios de imprensa da época. Ele a trata como um agente político que não economizou em sua capacidade de atuar, para fazer aquilo que entendia ser relevante para administrar sua coalizão de apoio e enfraquecer adversários.

A quarta vitória consecutiva do PT acirrou os ânimos e trouxe à tona a radicalização dos derrotados. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), através do segundo colocado no pleito de 2014, Aécio Neves, resolveu contestar o resultado da eleição baseado em denúncias de internet contra a contabilização dos votos. Apesar da falta de reprimenda institucional e da imprensa, a perspectiva pouco

avançou. O máximo que trouxe foram algumas movimentações de rua puxadas pelas nascentes Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua, mas sem ameaçar a coalizão que sustentava o PT. É falso atribuir ao depois eleito Jair Bolsonaro o ataque às urnas e ao processo eleitoral. Tais ataques foram pioneiramente incentivados pelo tucanato, partido estruturador da disputa nacional com o PT desde a primeira vitória de Fernando Henrique Cardoso.

Como resposta, o governo resolveu apresentar uma série de medidas de combate à corrupção. A proximidade com a proposta do Ministério Público Federal chamava atenção. Por cálculo político, os procuradores da Lava Jato resolveram não se associar ao governo. Há uma assimetria de cálculo político entre o governo e os membros da Operação Lava Jato, em que pese a sintomática proximidade de proposta entre os dois grupos. Como ficará claro depois, o alvo da Lava Jato era o próprio PT, enquanto Dilma procurava enfraquecer adversários notoriamente enalacrados em antigos esquemas bem alojados na Petrobras.

A tensão já aumentava. Era o momento em que o procurador geral da República ameaçava com lista feita a partir dos apontados pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef, ambos oficializados delatores da Lava Jato. A promessa que começava a circular na imprensa era de implosão do sistema político. Sem qualquer precisão quanto ao número, chegou-se a falar em mais de 200 políticos alcançados. Na prática, em 6 de março de 2015, o já falecido ministro Teori Zavascki do Supremo Tribunal Federal (STF) autoriza inquérito para investigar 47 políticos de diferentes partidos. A perspectiva de naufrágio que se avizinhava tornava o ambiente dinamitado.

Com o sugestivo título de “O chantagista-mor da República”, Fernando Limongi se põe a análise, no terceiro capítulo, de um dos atores centrais do *impeachment* – o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Com uma imensa capacidade de usar os recursos do legislativo em

prol de achaques e interesses pessoais, Cunha parte para uma ascensão meteórica até chegar à presidência da Câmara, derrotando o PT.

Alcançado pela Lava Jato, começa nesse momento uma situação de impasse entre o governo, Cunha e a oposição que só vai acabar com a prisão do senador Delcídio do Amaral, que atuara para ajudar na fuga do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró. Com a Procuradoria Geral da República (PGR) conseguindo autorização judicial para prender Delcídio, fica claro que qualquer um pode vir a ser alcançado. A elite política entra em pânico. A racionalidade base das ações políticas era matar para não morrer.

Ao traçar o perfil de Eduardo Cunha e a maneira como ele se movimenta, o autor segue apostando na estruturação, através das racionalidades mobilizadas pelos agentes em busca dos seus objetivos, gerando resultados impremeditados. O foco fundamental continua sendo o de olhar para o sistema político e não para a dita pressão das ruas.

Aproveitando o ensejo, a PGR coloca em prática a Operação Catilinárias, que tinha como alvo ninguém menos do que Eduardo Cunha, com direito a pedido de afastamento do presidente da Câmara do cargo.

Em que pese todas as sinalizações dadas pela Lava Jato e suas múltiplas operações sempre televisionadas em tempo real pela imprensa, só muito tardiamente Dilma se deu conta de que o seu governo era alvo. O financiamento da sua campanha de 2014 já era objeto de investigação pela operação e por representação da oposição junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A partir de então, a presidente tratou de dispensar o ministro da justiça José Eduardo Cardozo e se reaproximar de Lula, com o objetivo de entregá-lo as rédeas da administração de sua base de apoio. Acaba, nesse momento, o enfrentamento entre Dilma Rousseff e a tendência interna petista Construindo um Novo Brasil, que é a corrente partidária do ex-presidente e das principais lideranças petistas. Lula relutou o quanto pôde, imaginando

que correria o risco de ser enquadrado como alguém que buscava proteção contra as investigações da Lava Jato, que já o tomava, ainda que de maneira incipiente, como troféu a ser adquirido. Ele acabou cedendo quando os custos enxergados foram superados pelos riscos da implosão da coalizão que sustentava o PT no poder. Estava em risco a própria existência do projeto petista iniciado em 2003.

Em outra frente, diz Limongi, Dilma agia para reerguer a economia através do programa de ajuste fiscal inicialmente elogiado pelo mercado, pelas mãos de Joaquim Levy, um economista com carreira vinculada às instituições bancárias brasileiras. Com a manutenção da crise econômica e renitente paralisia política, a presidente permaneceu sob fogo cruzado da oposição e de ataques vindos de sua própria base no âmbito da esquerda, inconformada pelo programa econômico tido como à direita demais para um governo que fora eleito com outro discurso. A classe política não mais conseguia acomodação. Crescia a ideia de que, só com a troca de governo, a Lava Jato poderia ser domada. Só com Dilma e o PT entregues numa bandeja ao público, os investigados – estabelecidos em todo o espectro político – poderiam virar a página. A Lava Jato não ia parar enquanto o PT estivesse no governo, conclui o autor.

Entender o *impeachment*, diz Limongi, é compreender por que os muitos instrumentos que o, ou a, presidente têm em mãos para manter a coalizão param de funcionar. E Dilma lançou mão de tudo que estava ao seu alcance. Tentou reestruturar seus ministérios, entregando-os aos partidos que lhes ofereciam sustentação, mas a questão agora para os partidos era de insofismável salvamento. O objetivo não era ocupar o poder, mas pura e simplesmente se manter vivo politicamente e criar as condições para alterar o cenário lavajatista que colocou todos em situação de risco.

Apesar de grande especialista no assunto, o autor não pormenoriza a maneira como os recursos de gestão da coalizão do executivo para manter a sustentação junto ao legislativo,

em particular, e diante do sistema político, de um modo geral, foi, por exemplo, utilizada por outros presidentes em momentos de crise. O recurso da comparação histórica, por exemplo, não é estabelecido. O seu círculo de interpretação está dado na análise de conjuntura.

O entendimento, continua Limongi, era claro. A questão fundamental não era a corrupção, mas a alteração de governo. Tanto é que após a saída de Dilma não aconteceram mais movimentações de rua, mesmo quando o alcançado foi Michel Temer, gravado por Joesley Batista, um dos donos da Friboi, sugerindo a manutenção de um pagamento de propina ao já afastado Eduardo Cunha.

Raquel Dodge, sucessora de Rodrigo Janot na PGR, tratou de domesticar a Lava Jato; Augusto Aras, PGR indicado por Jair Bolsonaro, de enterrá-la de vez.

O ministro do STF Gilmar Mendes, também membro do colegiado do TSE naquele momento, deu um cavalo de pau em sua argumentação. Depois de ter votado pela reabertura do prazo para recebimento de provas adquiridas pela Lava Jato das delações feitas contra executivos da Odebrecht contra a chapa Dilma-Temer, deu o voto de desempate a favor do encerramento do processo que poderia ter tirado Michel Temer, agora no poder. A alegação não poderia ser mais sintomática – a inclusão das provas aconteceu fora do prazo. O movimento era de virada de página e busca pela acomodação.

A Lava Jato foi decisiva contra Dilma, argumenta de forma sofisticada Fernando Limongi. A última pá de cal veio com a Operação Acarajé, que inviabilizou a posse de Lula como ministro da Casa Civil após a liberação de um grampo ilegal em que Dilma, falando com Lula ao telefone, dizia que estava mandando a nomeação para o ex-presidente em caso de alguma necessidade. Apesar da carência de evidências definitivas, a ação foi lida como uma tentativa da presidente de blindar seu apoiador – a nomeação sequer prosperou. Provocado por membros da oposição, o ministro

do STF Gilmar Mendes aceitou o argumento de que a ida de Lula para a Casa Civil era subterfúgio em prol da busca por proteção em foro privilegiado contra a primeira instância do juiz Sérgio Moro.

Com o interesse já em baixa pela operação, a Lava Jato ainda tentou deixar o seu legado, apresentando um projeto de iniciativa popular chamado de “dez medidas” contra a corrupção. Só que, uma vez no congresso, ele foi completamente emendado pelos parlamentares. A reação dos procuradores da Lava Jato surtiu pouco efeito. As ruas provocadas não reagiram e, após provocação feita junto ao STF por Eduardo Bolsonaro, sob alegação de que projeto de iniciativa popular não poderia ser alterado, o ministro Luiz Fux paralisou a votação e pediu a conferência das assinaturas. Na prática, a ação estava morta. Mas já é digna de nota a proximidade entre a Lava Jato e o nascente bolsonarismo.

Ciente da fragilidade da alegação da retirada da presidente Dilma Rousseff por “pedaladas fiscais”, manobra contábil utilizada por todos os governos anteriores, para Fernando Limongi (2023) não aconteceu um golpe. O *impeachment*, sempre traumático, se impõe quando o presidente perde a capacidade de gerir a coalizão. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (2017) concorda com o diagnóstico. A presidente Dilma perdeu a maioria parlamentar e isto foi ponto central para a sua derrocada. Só que, para Santos (2017), a perda da maioria parlamentar por si só não é razão suficiente para o *impeachment*. Há aqui um interessante conflito de análise entre um viés mais realista e outro com desdobramento normativo.

É fato que o sistema de governo presidencialista resolve mal as situações de crise como a narrada pela obra em análise (Lacerda, 2016). Daí que acaba sendo improdutivo buscar a caracterização ideal para a ocorrência normal do *impeachment*. O autor do texto escrutinado escolheu um profícuo caminho, apostando na compreensão da síntese de múltiplos

tiplas determinações que o tornaram possível. É questão de tempo para que outros estudos apareçam a partir da trilha estabelecida por Fernando Limongi.

Recebido para publicação em 29 de janeiro de 2024
Aceito para publicação em 3 de outubro de 2024

REFERÊNCIAS

LACERDA, Alan Daniel Freire de. *Sistemas de governo: organizando a relação entre executivo e legislativo*. São Paulo: Appris, 2017.

LIMONGI, Fernando. *Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. São Paulo: Todavia, 2023.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2017.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Daniel Gonçalves de Menezes –

Daniel Gonçalves de Menezes – Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Trabalha com temas relacionados a pesquisa eleitoral e eleições.

